

LABORO – EXCELÊNCIA EM PÓS-GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO

AUDIANDRE NUNES COELHO
PATRÍCIA BARROZO GONZALEZ OLIVEIRA
PRISCYLLA DE OLIVEIRA MIRANDA
ROSILENE MARIA LARA FARIAS

O CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE POLICIAIS MILITARES:
REVISÃO DE LITERATURA

São Luís
2010

**AUDIANDRE NUNES COELHO
PATRÍCIA BARROZO GONZALEZ OLIVEIRA
PRISCYLLA DE OLIVEIRA MIRANDA
ROSILENE MARIA LARA FARIAS**

**O CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE POLICIAIS MILITARES:
REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Enfermagem do Trabalho do LABORO-Excelência em Pós-Graduação/Universidade Estácio de Sá, para obtenção do título de Especialista em Enfermagem do Trabalho.

Orientadora: Prof^a. Mestre Janete Valois F. Serra.

São Luís
2010

RESUMO

Revisão da literatura sobre alcoolismo entre os policiais militares. O alcoolismo é tratado como um problema social e de saúde pública, na medida em que afeta a vida familiar e laboral do indivíduo, interferindo assim, na sua qualidade de vida. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica das publicações nacionais, internacionais e indexados, impressos e virtuais específicos da área (livros, monografias e artigos), no período compreendido entre 1999 à 2010. Constatou-se que há poucas publicações epidemiológicas a respeito do tema, dificultando assim, a coleta de dados. A partir da revisão na literatura identificou-se a fragilidade com que o tema é tratado em ambientes organizacionais, revelando a dificuldade que as empresas têm para enfrentar situações de conflitos geradas pelo consumo de álcool entre policiais.

Palavras – chave: Saúde do trabalhador. Alcoolismo. Policial Militar.

ABSTRACT

Literature review of alcoholism among police officers. Alcoholism is treated as a social problem and public health as it affects family life and work of the individual, thus interfering in their quality of life. We performed a literature search of national publications, international and indexed, printed and virtual specific area (books, monographs and articles) in the period 1999 to 2010. It was found that few of epidemiological on the subject, making the data collection. From the literature review we identified the weakness with which the subject is treated in organizational settings, revealing the difficulty that companies have to address situations of conflict generated by alcohol consumption among police officers.

Key-words: Health worker. Alcoholism. Military Police.

SUMÁRIO

	p.
1 INTRODUÇÃO.....	5
2 OBJETIVO.....	6
3 METODOLOGIA.....	6
3.1 Revisão de Literatura.....	6
4 A SAÚDE DO TRABALHADOR.....	7
4.1 O trabalhador na área da Polícia Militar.....	9
5 O ALCOOLISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO TRABALHO.....	12
6 O ALCOOLISMO E O POLICIAL MILITAR.....	13
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	17
APÊNDICE	20

1 INTRODUÇÃO

O álcool é uma substância psicoativa legal e socialmente aceita. Conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2003), essa substância causa a dependência conhecida como alcoolismo. Tanto para o Ministério da Saúde como para a Organização Mundial de Saúde, a síndrome de dependência do álcool é um dos problemas vinculados ao trabalho (BRASIL, 2001).

Nas situações de trabalho, são considerados fatores de risco para o consumo do álcool as atividades socialmente desprivilegiadas e/ou onde a tensão é constante. Isto ocorre como um mecanismo de defesa, uma fuga do sofrimento mental, da sobrecarga emocional e mesmo das condições de trabalho, tornando o consumo do álcool uma “válvula de escape”, um aliado para o alívio da tensão, do desprazer e do seu sofrimento, induzindo este fato a quadros graves de dependência alcoólica (ANDRÉ, 1994; MORAES; PILATTI, 2004).

Em todo o mundo, são evidenciados os agravos decorrentes do uso indevido de substâncias psicoativas: acidentes de trabalho, de trânsito, destruição e violência na família, abusos físico e sexual, ineficiência e perdas nos negócios, dentre outros. O estigma, a exclusão, o preconceito, a discriminação e a desabilitação são ao mesmo tempo agravantes e conseqüências do uso indevido de álcool e drogas, colaborando morbidamente para a situação de comprometimento global que acomete tais pessoas. (BRASIL, 2004 apud OMENA; ALVES, 2007).

Os policiais militares são responsáveis pelo atendimento de ocorrências de alto grau de periculosidade como: assalto a bancos, seqüestro, homicídios, tumultos generalizados, dentre outros atendimentos. Levando em consideração o estresse da atividade exercida por esses profissionais, o alcoolismo surge como mecanismo de fuga (BOLDORI; SILVEIRA, 2009).

O estudo proporcionará um maior conhecimento sobre o problema em questão, uma vez que se observa que o consumo de álcool entre policiais militares vem aumentando e causando transtornos não só para eles, mas para os cidadãos que venham necessitar da segurança pública. Tornando importante a criação de medidas preventivas e também que amenizem o transtorno vivenciado por esses profissionais dentro da organização militar.

2 OBJETIVO

Estudar o consumo de álcool entre policiais militares, a partir da literatura especializada.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste estudo trata-se de uma Revisão de Literatura.

3.1 Revisão de Literatura

Consideram-se como referencial para estruturação da presente revisão os passos propostos por Castro (2001):

- **Formulação da pergunta:** o que a literatura descreve sobre o consumo de álcool entre policiais?
- **Localização e seleção dos estudos:** serão consideradas publicações nacionais, internacionais e indexados, impressos e virtuais específicos da área (livros, monografias, artigos) e bases de dados eletrônicos como Med Line, Lilacs, Google Acadêmico e Scielo.
- **Período:** 1999 a 2009.
- **Coleta de dados:** a busca bibliográfica foi realizada utilizando-se descritores as palavras “alcoolismo e policiais militares”, “ abuso de álcool entre policiais”, “ saúde do trabalhador” e “alcoolismo”.
- **Análise e apresentação dos dados:**
 - ✓ A Saúde do Trabalhador;
 - ✓ O Trabalhador na área da Polícia Militar;
 - ✓ O Alcoolismo e suas conseqüências no trabalho;
 - ✓ O Alcoolismo e o Policial Militar.

4 A SAÚDE DO TRABALHADOR

Segundo Omena; Alves (2007), o trabalho nem sempre ocupou o lugar que tem hoje na vida do ser humano. Antigamente, na Grécia Antiga, o trabalho era ofício dos escravos e na Idade Média eram os servos que trabalhavam nas terras dos senhores feudais, e existiam os homens livres, que detinham seus próprios meios de produção, como artesãos e comerciantes.

Com a Revolução Industrial, o trabalhador, considerado livre, vendia sua força de trabalho, tornando-se uma presa da máquina, de seus ritmos, dos ditames da produção que atendiam à necessidade de acumulação rápida de capital e de máximo aproveitamento dos equipamentos, antes de se tornarem superados (MINAYO; COSTA, 1997).

Minayo; Costa (1997), consideravam as jornadas excessivas, em ambientes desfavoráveis à saúde, incompatíveis com a vida. E o acúmulo de muitas pessoas em ambientes inadequados propiciava o aparecimento de doenças infecto-contagiosas, tornando mais agravante ainda com a presença de mulheres e crianças e também a periculosidade dos equipamentos que causavam muitas mutilações e mortes.

Na atualidade, o trabalho ocupa papel central nas relações sociais do ser humano, já que é no trabalho que o homem moderno passa a maior parte do seu tempo. Por isso, nos últimos anos, os empregadores com a intenção de diminuir o afastamento de seus empregados e garantir melhor produtividade, têm investido na qualidade de vida no trabalho (OMENA; ALVES, 2007).

Dejours apud Benedicto et al (2007), relata que há quatro fatores que contribuem para o aumento excessivo de agentes estressores no trabalho, tais como: urgência de tempo; responsabilidade excessiva; falta de apoio; expectativas excessivas de nós mesmos e daqueles que nos cercam.

Cotidianamente, o homem é colocado diante de situações que exigem adaptação. Segundo Omena; Alves (2007), há uma ampla área da vida moderna onde se misturam os estressores do trabalho e da vida cotidiana. A pessoa, além das habituais responsabilidades ocupacionais, da alta competitividade exigida pelas empresas, das necessidades de aprendizado constante, tem que lidar com os

estressores normais da vida em sociedade, tais como a segurança social, a manutenção da família, as exigências culturais, dentre outros.

Baseado na explanação acima, o trabalhador é exposto constantemente a situações que podem contribuir desfavoravelmente à sua saúde, em virtude das relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. O Ministério da Saúde considera a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade, interferindo assim, na saúde do trabalhador (BRASIL, 2001).

Minayo; Costa (1997), relatam que a Saúde do Trabalhador no Brasil tem um diferencial, pois há um compromisso com a mudança na saúde dos trabalhadores, o que supõe desde o agir político, jurídico e técnico ao posicionamento ético. Levando em consideração o percurso próprio dos movimentos sociais, marcado por resistência, conquistas e limitações nas lutas coletivas por melhores condições de vida e de trabalho; pelo respeito/desrespeito das empresas à legislação e também pela omissão do Estado na definição e implementação de políticas nesse campo.

O sistema público de saúde no Brasil vem atendendo os trabalhadores ao longo de toda sua existência. Porém, uma prática diferenciada do setor, que considere os impactos do trabalho sobre o processo saúde/doença, surgiu apenas no decorrer dos anos 80, passando a ser o Sistema único de Saúde quando a Constituição Brasileira de 1988, na Seção que regula o Direito à Saúde, a incluiu no seu Art. 200: “Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei (...) II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (...)” (BRASIL, 2001).

A Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei nº 8.080/90), que regulamentou o SUS e suas competências no campo da Saúde do Trabalhador, considerou o trabalho como importante fator determinante/condicionante da saúde. O Art. 6º da LOS determina que a realização das ações de saúde do trabalhador sigam os princípios gerais do SUS, e recomenda, especificamente, a assistência ao trabalhador vítima de acidente do trabalho ou portador de doença profissional ou do trabalho; a realização de estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos existentes no processo de trabalho; a informação ao trabalhador, sindicatos e empresas sobre risco de acidentes bem como resultados de fiscalizações,

avaliações ambientais, exames admissionais, periódicos e demissionais, respeitada a ética (BRASIL, 2001).

Desde 2004, vem sendo apresentada a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST), tendo sido redigida em conjunto pelo Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social, divulgada para consulta pública. A esse documento se acrescenta a convocação da III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, feita também em conjunto por esses ministérios (MINAYO; LACAZ, 2005).

4.1 O trabalhador na área da Polícia Militar

A formação da Polícia Militar teve origem com a vinda da família real para o Brasil em 1808. O príncipe regente adaptando instituições já existentes em Lisboa cria no Rio de Janeiro uma Intendência Geral de Polícia, órgão administrativo com poderes judiciais e de administração da cidade. Como a Intendência não dispunha de pessoal suficiente para realizar suas determinações, foi estabelecida a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, estruturada à semelhança do Exército, mas tendo como principal objetivo a manutenção do sossego público (BRETAS, 1998).

Souza (2008) relata que em 1830, Dom Pedro I renuncia o cargo e Dom Pedro II, não pode assumir o seu lugar devido a sua menor idade, em consequência disso o Império passou a ser administrado por regentes, os quais não foram bem aceitos pelo povo por não serem considerados governo legítimo. Em consequência disso deu-se início em todo o país vários movimentos revolucionários contra a administração desses regentes, como exemplo a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul; a Balaiada, no Maranhão e a Sabinada, na Bahia.

Com a Constituição Federal de 1946, as Corporações dos Estados (as antigas guardas) passaram a ser chamadas POLÍCIA MILITAR, com exceção do estado do Rio Grande do Sul que mantém até hoje, em sua força policial, o nome de Brigada Militar (SOUZA, 2008).

Observando-se as contribuições marxistas citadas por Fraga (2005) que indicam que um processo de trabalho é composto pelo trabalho propriamente dito,

pelo objeto e meios pelos quais o trabalhador realiza a sua atividade, buscou-se, descrever os elementos característicos do processo de trabalho do policial militar:

1. O trabalho em si – atividade policial, como policiamento ostensivo, controle de tumulto e etc.
2. A matéria-prima do trabalho policial – segurança pública na sociedade.
3. Os meios – tudo aquilo que é utilizado na realização de seu trabalho dando-lhes suporte para o desenvolvimento de suas atividades. São classificados em instrumental e conhecimento técnico-operativo. Como exemplo de instrumental tem-se os armamentos e os apetrechos utilizados tais como: o uniforme (a farda), capa de chuva, as armas (arma de fogo, cassetete e algemas), viaturas, rádios transceptores, instrumentos de prevenção: colete à prova de balas, capacete de controle de tumulto, escudo de controle de tumulto, capacete balístico, meios de locomoção: tem-se o cavalo, motocicletas, avião, barco e a lancha. Sobre o conhecimento técnico-operativo da profissão, diz-se sobre o conjunto de conhecimento qualificatório que o PM adquire através dos cursos de formação e habilitação. Tem-se aporte jurídico-legal, utilizado quando chamado a intervir nas ocorrências.

A atuação dos Policiais depende de um treinamento eficaz. O processo formação também é importante, pois visa transmitir informação, desenvolver habilidades, atitudes e conceitos. Em uma política de segurança repressiva, os policiais são formados para atuarem de forma reativa. Todavia, em uma política baseada em gestão e prevenção, os policiais são treinados para agirem de forma pró-ativa na resolução de problemas que surjam no cotidiano (BASILIO, 2008).

Basílio (2008), também destaca que o trabalho policial é comumente descrito em termos de situações com as quais a polícia se envolve: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas, acidentes de automóveis, pessoas suspeitas, supostos arrombamentos, distúrbios públicos e mortes não naturais. Nesse caso, a natureza do trabalho policial é revelada por aquilo com o que ela tem de lidar.

Em uma sociedade moderna, Bittner (2003) identifica três expectativas que definem a função da polícia: “Primeiro, espera-se que a polícia vá fazer algo a respeito de qualquer problema que seja solicitada a tratar; segundo, espera-se que vá atacar os problemas em qualquer lugar e hora em que ocorram; e terceiro, espera-se que prevaleçam em qualquer coisa que façam e que não recuem ao enfrentar oposição”.

Com base nessas considerações, quaisquer intervenções que se pretenda realizar no âmbito da Polícia Militar, com o intuito de articular eficiência e melhoria nos serviços de segurança pública, devem abranger, primeiramente,

propostas efetivas na organização e modernização do processo estrutural de trabalho. Além disso, devem visar o melhoramento das condições dos equipamentos e instrumentos destinados à realização do trabalho policial (SILVA; VIEIRA, 2008).

A Polícia Militar, enquanto construção institucional e organizacional, confunde-se com a história do Brasil, pois no período Imperial, governo de D. Pedro I, não havia meios apropriado para manter-se a ordem pública, e a sua criação permitiu tal realização (LIMA, 2005 apud SILVA; VIEIRA, 2008).

A profissão do policial militar, segundo Coleta; Coleta (2008), pelo contato contínuo que o desenvolvimento de sua função tem em relação à sociedade, é considerada uma profissão estressante. O policial desenvolve seu trabalho em um meio conflitivo, no limite da marginalidade e criminalidade. Além disso, sua ferramenta habitual de trabalho é o cacete e o revólver que por si só se caracteriza um fator de estresse. Mas além dos fatores puramente laborais, existem outros, de caráter organizacional, como as relações dos funcionários entre si, e com as características de desenvolvimento do trabalho policial, que incidem em maior ou menor grau nos policiais, aumentando sua fadiga psíquica e, conseqüentemente, os efeitos nocivos do estresse.

O constante risco de morte é uma característica peculiar da atividade policial militar. Este profissional está exposto às situações de risco iminente, despertando sentimentos de ansiedade e medo. De acordo com Kovacs (1992) apud OMENA; ALVES (2009), o medo é a resposta psicológica mais comum diante da morte e desempenha papel vital na auto-preservação, entretanto, pode suscitar reações ansiosas e favorecer um estado geral de ansiedade patológica.

A qualidade de vida dos policiais brasileiros e a sua saúde mental, além da física, preocupam a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) que realizou no fim de 2008 uma pesquisa sobre os programas de atenção à saúde e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública no Brasil. A pesquisa constatou que a maior parte das instituições estaduais possui estruturas de atenção à saúde física e mental dos seus servidores, mas elas são incipientes, principalmente no que diz respeito à saúde mental (LEMLE, 2009).

5 O ALCOOLISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO TRABALHO

O alcoolismo é considerado um dos maiores flagelos do mundo moderno, pois é a droga mais amplamente utilizada, nas diferentes culturas. Tal problemática tem sido um fator de preocupação em todas as partes do mundo pelos seus efeitos maléficos à família, à sociedade e ao trabalho. Nos séculos XVII e XVIII, o álcool era encarado e utilizado como uma substância psicoativa que aumentava o “rendimento” do trabalhador e permitia que esse se submetesse às condições mais adversas de trabalho, portanto o uso do álcool era estimulado pelo empregador e bem recebido pelo empregado, muitas vezes “pago” em parte, com quantidade de bebidas alcoólicas (SILVA, 2007).

O processo da Revolução Industrial no século XIX foi marcado pelo aparecimento de máquinas complexas para a época, pela necessidade de produção em larga escala, de mão de obra cada vez mais especializada e do cumprimento de prazos e rotinas de trabalho com elevada e constante produtividade. O uso de álcool nesses novos parâmetros de organização do trabalho acarretaria significativos prejuízos, sendo incontestável o grande número. Atualmente, sabe-se que o alcoolismo além de ser uma doença, é uma doença sem cura (REHFELDT, 1989).

O consumo anual médio e o padrão de uso de álcool no Brasil apresentam índices preocupantes, em termos de saúde pública (BABOR, 2005). Além da dependência, o álcool está relacionado a diversos problemas de saúde. Entre 20 e 58% de pacientes internados em hospitais gerais apresentam problemas relacionados ao uso de bebidas alcoólicas (RONZANI et al., 2007).

Os problemas relacionados com a saúde, nas pessoas que ingerem diariamente bebida alcoólica, vão além dos problemas sociais, tais como: problemas na integração familiar, no ambiente de trabalho, relacionamento com a sociedade e o comprometimento do organismo como um todo, especialmente estômago, fígado, pâncreas e intestino (BOLDORI; SILVEIRA, 2009).

O Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde consideram a síndrome da dependência do álcool como um problema vinculado ao trabalho e a esse respeito esclarecem:

O trabalho pode ser considerado como um fator de risco, no conjunto de fatores de risco associados à etiologia multicausal do alcoolismo crônico. Trata-se, portanto de um nexos epidemiológico, de natureza probabilística, principalmente quando as informações sobre condições de trabalho forem consistentes com as evidências epidemiológicas disponíveis (BRASIL, 2001, p. 176).

Considerando tais aspectos, faz pertinente apontar que o alcoolismo é considerado um problema nas organizações. Suas conseqüências podem ser percebidas através dos seguintes “sintomas”: absenteísmo, ausências no período da jornada de trabalho, queda na produtividade e qualidade do trabalho, mudanças nos hábitos pessoais: trabalho em condições anormais e relacionamento ruim com os colegas: reação exagerada às críticas reais ou não, ressentimentos irrealis (VAISSMAN, 2004).

Segundo Vaissman (2004), o alcoolismo é considerado a causa mais freqüente de aposentadorias precoces e acidentes no trabalho e a oitava causa para concessão de auxílio doença pela Previdência Social. Conforme Michel (2000), pelo menos 5% dos funcionários brasileiros de qualquer empresa são quimicamente dependentes, com uma produtividade reduzida em cerca de 25%. Este mesmo autor afirma que, embora o alcoolismo implique sérias e reais conseqüências, as organizações, em geral, tanto privadas quanto públicas, renegam esta problemática, o que se percebe através da falta de conscientização e de uma relutância em focalizar o problema.

6 O ALCOOLISMO E O POLICIAL MILITAR

Para Silva (2007), em qualquer profissão, homens lúcidos e equilibrados são necessários, principalmente em se tratando de segurança pública, onde o instrumento de trabalho é uma arma de fogo e qualquer descontrole emocional pode ceifar o bem mais precioso que existe, a vida. O alcoolismo é mais comumente encontrado em algumas ocupações, sobretudo naquelas socialmente desprestigiadas, quando as possibilidades ascensão profissional são restritas. Os fatores de risco profissional em relação ao alcoolismo é a disponibilidade do álcool e enquanto se trabalha, pressão social para beber, na ausência de supervisão ou

chefia, situações de tensão ou perigo e em condições de trabalho que produzem estresse.

Coleta; Coleta (2008) encontraram um aumento do consumo de álcool relacionado à presença de situações e acontecimentos estressantes. É observada também uma maior prevalência dos transtornos de ansiedade e dos quadros depressivos nos grupos de policiais em relação aos outros grupos profissionais.

A Polícia Militar como instituição militar é marcada pela estrutura peculiar, controlada internamente por sistema bem organizado de supervisão e utiliza de forma concreta e efetiva os prêmios e os castigos na administração de pessoal. Certamente, inobstantes os aspectos positivos desse perfil organizacional, representa também um reflexo muito forte na produção do sentimento de medo nos policiais em relação ao comando. Logo, essas circunstâncias podem levar o militar a esconder e omitir os problemas de natureza pessoal, notadamente em relação ao alcoolismo. Nesse sentido, constitui fato a postura de o policial alcoolista esquivar e mascarar sua situação de vício, o que inviabiliza o tratamento (GONÇALVES, 2007).

O policial militar está sujeito a quadros de embriaguez e abuso de outras drogas em todo o mundo, problema grave de saúde pública. Algumas ocupações, entre elas a categoria policial, exigem alto grau de atenção, de concentração e de raciocínio para o seu bom desempenho. Considerando os fatores constitucionais e institucionais, é possível considerar o trabalhador policial vulnerável ao abuso de bebidas alcoólicas que incidirá em desvio de conduta (LACERDA; CÔGO; SILVA, 2005).

O Inciso VI do Código de Ética e Disciplina Militar considera a situação de embriaguez transgressão disciplinar grave, conforme o Art. 13 onde destaca: “apresentar-se com sinais de embriaguez alcoólica ou sob efeito de outra substância entorpecente, estando de serviço, fardado, ou em situação que cause escândalo ou que ponha em perigo a segurança própria ou alheia” (FERREIRA, 2007).

O alcoolismo fere todos os valores institucional da ética policial militar, transformando e denegrindo totalmente o profissional, que, na verdade, pelas características da sua atividade, deve encarar uma postura que projete autoridade, respeito e equilíbrio. Portanto o alcoolismo é totalmente incompatível com a condição de um policial (FERREIRA, 2007).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do alcoolismo ser uma doença, acaba ocasionando outros tipos de enfermidades no indivíduo. É um problema para ele em si e para todos que o cercam. Toda essa situação acaba gerando além da preocupação para a nação, um alto custo social, se tornando assim, um problema de saúde pública.

A falta de regulamentação legal e de definição clara de políticas públicas, não só na área trabalhista, mas no Brasil de modo geral, faz com que as organizações de trabalho sintam-se desobrigadas em relação aos trabalhadores que consomem abusivamente álcool ou mesmo outras substâncias psicoativas, ficando essa problemática para avaliação dos gestores que, dependendo da sua percepção pessoal sobre o tema, podem ou não implementar ações de cuidado e de atenção integral à saúde do trabalhador. Sendo assim, faz-se cada vez mais necessário se pensar o alcoolismo no âmbito das organizações de trabalho a partir de todo o rigor científico que o tema exige, nestas instituições de trabalho.

Embora algumas pesquisas venham sendo realizadas acerca do uso de álcool entre policiais militares, em âmbitos variados, é observado que há um crescente consumo de álcool e esse dado parece que não tem preocupado muito as organizações governamentais, haja visto a ausência de estudos sobre o assunto e revelando a dificuldade que as organizações têm para enfrentar situações de conflitos geradas pelo consumo de álcool entre eles.

Foi observado que são inúmeras as conseqüências da dependência alcoólica, podendo citar além dos problemas físicos como a cirrose que pode levar a morte, os outros problemas de ordem psicológica, familiar, perda de identidade e outras complicações de ordem social, já que um grande número de acidentes e mortes estão relacionados com o uso inadequado de bebidas alcoólicas.

Diante destas questões apontadas, surge como desafio à implementação de ações preventivas que tem por objetivo evitar situações de doença física ou psicológica, bem como programas de diagnósticos e por fim programas voltados quando a doença já está instalada, numa perspectiva de garantia de melhor qualidade de vida para estes profissionais. A instituição deve ser transformada em um lugar de crescimento e estar disposta a repensar sua relação de poder, suas regras, normas e tradições.

O tratamento para o alcoolismo é bastante variado, devido à existência de múltiplas perspectivas para essa condição. A maioria dos tratamentos busca ajudar o alcoolista a diminuir o consumo de álcool, seguido de treinamentos de vida ou suporte social de modo que ajude a pessoa a resistir ao retorno do uso do mesmo. Como o alcoolismo envolve múltiplos fatores que incentivam a pessoa a continuar a beber, todos estes fatores devem ser suprimidos para que se previna com sucesso os casos de recaídas.

É necessário considerar a relevância de se abordar este tema, visto que se constitui em um assunto pouco estudado no contexto organizacional. Os estudos acerca do tema devem ser ampliados para que se possa conhecer melhor a relação álcool – trabalhador – policial militar.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ L M. **Heróis da lama**: sobrecarga emocional e estratégias defensivas no trabalho de limpeza pública. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BABOR, T. F., et al. (2005). Alcohol screening and brief intervention in primary care settings: implementation models and predictors. **Journal of Study on Alcohol**, nº 66, p. 361-368, 2005. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1413-294x2007000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 maio 2009.

BASILIO, Marcio Pereira. **O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro**: entre o modelo reativo e o contingencial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 13, 2008, Buenos Aires, Argentina, Disponível em:
<http://www.mp.gov.br/hotsites/seges/clad/documentos/basiliom.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2010.

BENEDICTO, S. Carvalho de, et al. **Estresse e psicopatologias no ambiente de trabalho**: conceitos, contextos, manifestações e conseqüências. . Disponível em:
 <www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado/trabalhospdf/5.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2009.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola. Pinheiro. São Paulo, 2003.

BOLDORI, Reinaldo; SILVEIRA, Francisco Luiz G. da, **Diagnóstico do consumo de fumo e álcool pelos policiais militares do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Santa Catarina**. Disponível em:
 <<http://www.eps.ufsc.br/ergon/revista/artigos/policia.PDF>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, 2001. Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114. Brasília, 2001. Disponível em:
<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/Doen%E7as%20Relacionadas%20ao%20Trabalho.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. _____. **Álcool**: da diversão ao vício. 2003. Disponível em:
http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=557. Acesso em: 20 mar . 2010.

_____. _____. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRETAS, Marco Luiz. A Polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, v. 12, n. 22, 1998. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2075>. Acesso em: 22 jun. 2010.

CASTRO, A. A. **Formulação da pesquisa**. In: CASTRO, A. A. Revisão sistemática com e sem metafísica. 2001. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.metodologia.org>. Acesso em: 20 jan 2010.

COLETA, Alessandra dos Santos Menezes Dela; COLETA, Marília Ferreira Dela. **Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis**. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712008000100008&lng=es&nrm=>>. Acesso em: 7 out. 2009.

FERREIRA, F.L.; ALENCAR, A.; GALVÃO, M. **Alcoolismo na polícia militar do Estado do Amazonas**. Relatório. 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/saude/alcoolismo.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2009.

FRAGA, Cristina K. **A Polícia Militar ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço**. 2005. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1033/812>. Acesso em: 23 jun. 2010.

GONÇALVES, Heli José. **O grupo como instrumento de mudanças: programa de prevenção ao alcoolismo no 3º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais**. 2007. Disponível em: <<http://www.pmonline.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=117>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

LACERDA, Ana Cristina Ferreira; CÔGO, Bruno Assis; SILVA, Vilma Aparecida da. Estudo do consumo de álcool e da comorbidade psiquiátrica em policiais do Rio de Janeiro condenados à prisão. **Arquivos Brasileiros...**, v. 99, n. 3, jul/ago/set. 2005.

LEMLE, Marina. **Falta cuidado com a psique dos policiais brasileiros**. 2009. Disponível em: <www.comidadesegura.org/fr/MATERIA-falta-cuidado-com-a-psique-dos-policias>. Acesso em: 10 out. 2009.

MICHEL, O. R. **Alcoolismo e drogas de abuso: problemas ocupacionais e sociais: a realidade do trabalhador brasileiro**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MINAYO, C. G.; LACAZ, F. A. DE CASTRO. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.10 n.4, out./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 mar. 2010.

MINAYO, C. G.; COSTA, S. M. DA. F. T.. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, v.13, sup 2, Rio de Janeiro 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000600003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23 set 2009.

MORAES, G. T. B. M.; PILATTI, L. A. Alcoolismo e as organizações: por que investir em programas de prevenção e recuperação de dependentes químicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 24., 2004, Florianópolis. **Anais ...** Disponível em: www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEPI2004._Enegepi0404_1055.pdf. Acesso em: 14 ago 2009.

OMENA, Larissa; ALVES, Carlos. **Saúde do Trabalhador: o alcoolismo como sintoma do sofrimento dos Policias Militares de Alagoas**. 2007. Disponível em: http://www.pm.al.gov.br/cas/downloads/saude_trab.pdf. Acesso em: 10 out. 2009.

REHFELDT, K. H. G. **Álcool e trabalho: prevenção e administração do alcoolismo na empresa**. São Paulo: EPU, 1989.

RONZANI, Telmo Mota et al. **Estratégias de rastreamento e intervenções breves para problemas relacionados ao abuso de álcool entre bombeiros**. 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/epsic/v12n3/a11v12n3.pdf Acesso em: 19 out. 2009.

SILVA, Cristiane Castro. **O CAPS na luta contra o alcoolismo**. 2007. Disponível em: http://www.pm.ma.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=31 Acesso em: 27 jan. 2009.

SILVA, M. Batista; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde soc.** v.17, n.4, São Paulo, Oct./Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000400016. Acesso em: 23 de jun. 2010

SOUZA, Fátima. **"HowStuffWorks: como funciona a Polícia Militar"**. 2008. Disponível em: <http://pessoas.hs.w.uol.com.br/policia-militar1.htm>. Acesso em: 23 jun. 2010.

VAISSMAN, M. **Alcoolismo no trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond, 2004.

APÉNDICE

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados.

LABORO – EXCELÊNCIA EM PÓS-GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO

OBJETIVO	AUTOR	ANO	METODOLOGIA	RESULTADOS

Coelho, Audiandre Nunes.

O consumo de álcool entre policiais militares: revisão de literatura. Audiandre Nunes Coelho; Patrícia Barrozo Gonzalez Oliveira; Priscylla de Oliveira Miranda; Rosilene Maria Lara Farias. - São Luís, 2010.

21 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Enfermagem do Trabalho) – Curso de Especialização em Enfermagem do Trabalho, LABORO - Excelência em Pós-Graduação, Universidade Estácio de Sá, 2010.

1. Saúde do trabalhador. 2. Alcoolismo. 3. Policiais militares. I. Título.

CDU 343.976